

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e relatórios dos auditores independentes

Sumário

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	9
SOBRE ESTE RELATÓRIO	11
A RIO PARANÁ ENERGIA S.A.....	11
MODELO DE NEGÓCIOS	12
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	12
GESTÃO DE RISCOS.....	13
ÉTICA E INTEGRIDADE	13
CAPITAL FINANCEIRO	14
CAPITAL INTELECTUAL.....	21
CAPITAL HUMANO	21
CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO	22
CAPITAL MANUFATURADO	23
CAPITAL NATURAL.....	24
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.....	25
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	26
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	27
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO	27
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	28
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	29
1.1. Contexto operacional	29
1.2. Marco legal do setor elétrico	29
1.3. Aprovação das demonstrações financeiras.....	30
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
2.1. Base de preparação.....	30
2.2. Moeda funcional e moeda de preparação	31
2.3. Caixa e equivalentes de caixa.....	31
2.4. Instrumentos financeiros	31
2.4.2. Ativos financeiros.....	32
2.4.2.1. Classificação	32
2.4.2.2. Reconhecimento e mensuração.....	32
2.4.2.3. Compensação de instrumentos financeiros.....	33

2.4.2.4. <i>Impairment</i> de ativos financeiros.....	33
2.4.3. Passivos financeiros.....	33
2.4.3.1. Classificação	33
2.4.3.2. Reconhecimento e mensuração.....	34
2.5. Clientes.....	34
2.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - <i>Impairment</i>	34
2.7. Despesas pagas antecipadamente	34
2.8. Serviços em curso.....	34
2.9. Ativo financeiro vinculado a concessão	34
2.10. Imobilizado	35
2.11. Ativos intangíveis	35
2.11.1. <i>Softwares</i>	35
2.11.2. Direitos de Concessão	35
2.12. Contratos de concessão	35
2.13. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	36
2.14. Fornecedores e outras contas a pagar.....	36
2.15. Provisão para grandes reparos.....	36
2.16. Empréstimos e partes relacionadas	36
2.17. Provisões	37
2.18. Imposto de renda e contribuição social.....	37
2.19. Benefícios a empregados	37
2.19.1. Participação nos lucros.....	37
2.20. Capital social.....	38
2.21. Reconhecimento da receita	38
2.21.1. Receita de comercialização de energia.....	38
2.21.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas.....	38
2.21.3. Receita de suprimento de energia elétrica	38
2.21.4. Receita financeira.....	39
2.22. Distribuição de dividendos.....	39
3. DEMONSTRACOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	39
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABEIS CRITICOS	39
4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas.....	39
5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO	40
5.1. Fatores de riscos financeiros.....	40

5.1.1.	Risco de mercado	41
5.1.2.	Risco cambial - dólar norte-americano	41
5.1.3.	Risco de liquidez.....	41
5.1.4.	Risco de crédito.....	41
5.1.5.	Análise de sensibilidade	42
5.2.	Gestão de capital.....	42
5.3.	Outros riscos.....	43
5.3.1.	Risco hidrológico	43
5.3.2.	Risco de regulação.....	43
5.3.3.	Risco ambiental	43
5.4.	Estimativa ao valor justo	43
6.	QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	44
7.	RECLASSIFICAÇÃO DE CIFRAS	44
7.1.	Efeitos da reclassificação.....	44
8.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
9.	CLIENTES.....	46
10.	TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER	46
10.1.	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	47
11.	PARTES RELACIONADAS	48
11.1.	Transações e saldos.....	48
11.2.	Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.....	49
11.2.1.	Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	49
12.	ATIVO FINANCEIRO VINCULADO A CONCESSÃO	49
12.1.	Composição do ativo financeiro vinculado a concessão.....	50
12.2.	Movimentação do ativo financeiro vinculado a concessão	50
13.	IMOBILIZADO.....	50
13.1.	Composição	50
13.2.	Movimentação do ativo imobilizado.....	50
14.	INTANGÍVEL.....	50
14.1.	Dos bens vinculados a outorga	50
14.2.	Composição.....	50
14.3.	Movimentação do intangível	51
15.	FORNECEDORES	51
16.	PROVISÃO PARA GRANDES REPAROS	51

16.1.	Movimentação das provisões para grandes reparos	51
17.	ENCARGOS SETORIAIS	52
18.	EMPRÉSTIMOS.....	53
18.1.	Composição e vencimento	53
18.2.	Vencimento	53
18.3.	Movimentação do empréstimo.....	53
19.	PATRIMONIO LÍQUIDO	53
19.1.	Capital social subscrito e integralizado	53
19.2.	Reservas de lucros.....	54
19.2.1.	Reserva legal	54
19.2.2.	Reserva de retenção de lucros	54
20.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	56
21.	ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE	56
21.1.	Energia elétrica vendida.....	56
21.2.	Energia comprada para revenda	57
21.3.	Encargos de uso da rede elétrica	57
22.	RESULTADO FINANCEIRO	58
23.	DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	58
24.	LUCRO POR AÇÃO.....	60
25.	SEGUROS	60
26.	COMPROMISSOS	61
26.1.	Contratos de compra e venda de energia elétrica.....	61
27.	PROVISÕES PARA RISCOS	61
27.1.	Contingências possíveis.....	61
28.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	62
28.1.	Juros sobre capital próprio.....	62
28.2.	Depósito judicial.....	62
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	63



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil 05001-903,
Caixa Postal 61005 T: (11) 3674-2000, www.pwc.com.br

(DC1) Um relatório da PwC - Confidencial

Rio Paraná Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Rio Paraná Energia S.A.

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

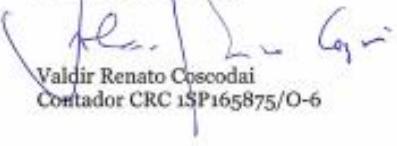
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5


Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Vivemos em 2017 o primeiro ano completo de operação das usinas Jupiá e Ilha Solteira sob a administração da CTG Brasil, processo iniciado em julho do ano anterior, após conquistarmos em leilão o contrato de concessão para operar e manter as duas usinas no Rio Paraná. Foi um movimento emblemático para a nossa Companhia, pois o complexo é o maior das regiões Sudeste e Centro-Oeste e o sexto maior do Brasil. No final de 2016, com a aquisição de ativos da Rio Paranapanema Energia, nos consolidamos como a segunda maior geradora privada de energia do país, com capacidade instalada de 8,27 GW.

Iniciamos em 2017 um dos mais ambiciosos projetos de modernização em usinas hidrelétricas já realizados no País, com a previsão de investir cerca de R\$ 3 bilhões ao longo de dez anos para a atualização tecnológica de Jupiá e Ilha Solteira. Desta forma garantiremos o máximo de disponibilidade de nossas unidades geradoras por meio de soluções técnicas robustas e confiáveis, incluindo a implantação completa de processos automatizados, ao longo do prazo da concessão, que se estende até 2046.

A operação das duas grandes usinas do Rio Paraná reforça a prioridade que estamos dando para estabilizar nossos sistemas, integrar nossas equipes e construir uma cultura única. Temos um compromisso de longo prazo no País e, por isso, nossa Companhia precisa ser ágil, sólida e estar sempre pronta para cumprir a missão de prover energia limpa para as pessoas.

No decorrer do ano, buscamos as melhores práticas das empresas que compõe o grupo econômico a que a Companhia está inserida, tanto em processos, como em sistemas, controle de riscos e gestão de pessoas e as desdobramos para toda a Companhia. Temos como um importante desafio para os próximos anos a integração entre os colaboradores, seu desenvolvimento, a atração e, principalmente, a retenção de talentos.

Fizemos um diagnóstico dos riscos de nossas atividades, considerando os ambientes interno (nossa operação) e externo (regulatório, econômico, tecnológico, sociocultural), a partir do qual definimos os pilares e objetivos estratégicos para a condução dos nossos negócios. Também definimos uma Política e uma Estratégia de Sustentabilidade, que norteiam nossa atuação, pois são parte integral de nossos negócios.

Diante de um cenário complexo envolvendo o tema corrupção no Brasil, reforçamos nossas diretrizes de conformidade, fortalecemos a equipe de Riscos e *Compliance* e estabelecemos patamares rigorosos de conduta, demonstrando para nossa controladora, para a sociedade e o mercado que estamos lidando adequadamente com esses temas, de forma a garantir nossa reputação. Também ampliamos o escopo dos nossos valores, reforçando a segurança como fator fundamental na nossa rotina, e lançamos o nosso Código de Ética, como parte importante do Programa de *Compliance*. O próximo passo será estender essas exigências de conduta para nossos fornecedores e parceiros.

O ano de 2017 continuou desafiador para os negócios, ainda marcado pela instabilidade econômica e política do País. Esse aspecto de curto prazo tem uma influência menor no desempenho da Companhia, uma vez que 70% da energia da Rio Paraná é comercializada pelo sistema de cotas estabelecido no contrato de concessão. Contudo, os aspectos regulatórios ainda afetam nossos resultados e, nesse sentido, o setor elétrico brasileiro registrou a

continuidade das discussões sobre temas cruciais, como a revisão das garantias físicas e o risco hidrológico.

Adotamos diferentes abordagens de compra e venda de energia relacionada aos 30% que negociamos no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Esses movimentos se mostraram bem-sucedidos para garantir a receita líquida do ano de R\$ 3.722 milhões, 16,7% acima da registrada em 2016. A necessidade de comprar um maior volume de energia destinado a cobrir parte das exposições financeiras do mercado de curto prazo (GSF – *Generating Scalling Factor*) decorrente do cenário de baixa hidrologia verificada no ano de 2017, entretanto, afetou o Ebitda – que recuou 2,4%, para R\$ 3.028 milhões – e o lucro líquido, que somou R\$ 845 milhões, resultado 74,1% inferior ao de 2016.

No aspecto financeiro, uma grande conquista foi o reconhecimento da solidez de nossa gestão pelo mercado de capitais, com avaliações de risco de crédito em grau de investimento. Recebemos nosso primeiro *rating*, com classificação Ba1 na escala global e Aaa.br na escala nacional conferida pela Moody's, mesmo com o rebaixamento das notas atribuídas ao Brasil em janeiro de 2018.

O ano de 2017 foi marcado por muitas conquistas, o que representa desafios adicionais para enfrentarmos. Se 2016 foi o ano do crescimento e 2017 o ano da consolidação, vemos 2018 como um período de transformação. Sabemos que ainda temos muito trabalho pela frente para evoluirmos em governança, segurança e sistemas, fortalecendo a marca CTG Brasil e assim nos tornarmos o grupo que queremos ser no futuro.

Li Yinsheng

Presidente

Senhores acionistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A., empresa da China Three Gorges Corporation (CTG), apresenta este Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, que são acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este Relatório de Administração foi elaborado com base nas orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) para Relatório Integrado e cobre informações financeiras e não financeiras da Rio Paraná Energia S.A. referentes ao período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017. O conteúdo foi elaborado com base no conceito do IIRC para os seis capitais: financeiro; manufaturado; intelectual; humano; social e de relacionamento; e natural.

Os dados financeiros e operacionais são apresentados em base consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), sendo as demonstrações financeiras auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. As informações de caráter socioambiental seguem as prioridades estabelecidas em processo de materialidade realizado pela CTG Brasil para identificar os temas mais relevantes para a gestão sustentável do negócio.

A RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

A Rio Paraná Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de junho de 2015, controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil). A companhia detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica – UHE Jupiá e UHE Ilha Solteira –, com um total de 34 unidades geradoras, 4.995,2 MW de capacidade instalada e 2.617,5 MW médios de garantia física de energia.

A CTG Brasil, por sua vez, é uma subsidiária indireta da China Three Gorges Corporation (CTG), companhia estatal chinesa que é maior geradora de energia hidrelétrica do mundo, com capacidade instalada de aproximadamente 120 GW, em operação e em construção.

O contrato de concessão da Rio Paraná Energia foi assinado em janeiro de 2016 com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), prevendo a operação e manutenção do serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, de acordo com o previsto na Lei nº 12.783, de 2013.

UHE Engenheiro Souza Dias (Jupiá) – Possui 14 unidades geradoras, com potência instalada de 1.551,2 MW, e dois grupos turbina-gerador para serviço auxiliar, cada um deles com potência de 4.750 kW, com garantia física de 886,0 MW médios. Está instalada no Rio Paraná, entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS), e teve suas obras concluídas em 1974. Sua barragem tem 5.495 metros de comprimento e seu reservatório ocupa 330 km². A usina dispõe de uma clausa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

UHE Ilha Solteira – É a maior usina hidrelétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e a sexta maior em operação no Brasil. Concluída em 1978, possui 20 unidades geradoras, com potência instalada de 3.444,0 MW, e garantia física de 1.731,5 MW médios. Sua barragem

tem 5.605 metros de comprimento e seu reservatório ocupa 1.195 km². Está localizada no Rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Além da produção de energia elétrica, é de fundamental importância para o controle da tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Por razões operacionais e energéticas, seu reservatório é integrado ao da usina hidrelétrica Três Irmãos, cuja concessionária é a Tijoá Energia, por meio do canal Pereira Barreto, com 9,6 mil metros de comprimento.

Em 2017, as duas usinas geraram 19.734,49 GWh de energia (12.369,18 GWh em Ilha Solteira e 7.365,31 GWh em Jupiá). A receita líquida operacional da Rio Paraná Energia foi de R\$ 3.722 milhões, com EBITDA de R\$ 3.028 milhões. No encerramento do ano, empregava 278 colaboradores próprios e 95 contratados de terceiros.

MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios da Rio Paraná Energia define seus objetivos e suas relações, bem como a forma com a qual gera valor para seus *stakeholders* em curto, médio e longo prazos.

Capital Natural: a água é o principal recurso para a geração de Energia. A Companhia investe na maior eficiência do uso desse recurso e no controle de sua qualidade.

Capital Humano: os colaboradores são fundamentais para a continuidade dos negócios.

Capital Social e de Relacionamento: o engajamento com as comunidades do entorno de seus empreendimentos, bem como com seus fornecedores e demais partes interessadas, é essencial para o bom desempenho organizacional.

Capital Financeiro: recursos financeiros próprios e de terceiros viabilizam investimentos necessários para o fortalecimento do negócio e o alcance de bons resultados.

Capital Manufaturado: as usinas de geração são o principal capital construído da Companhia.

Capital Intelectual: iniciativas de pesquisa e desenvolvimento contribuem para a inovação e os avanços tecnológicos que apoiam o crescimento dos negócios.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Orientada por princípios de transparência, a Rio Paraná Energia S.A. adota as melhores práticas no relacionamento com seus públicos de interesse e na divulgação de informações. Esse modelo estabelece claras atribuições para a Administração da Companhia e assegura a conformidade de suas ações, incluindo a contratação de auditoria independente para avaliar seus balanços e demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração e a Diretoria têm mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição. O Conselho é responsável, entre outras atribuições, por estabelecer o direcionamento estratégico, fixar políticas, proteger o patrimônio da empresa, definir a política de dividendos e orientar a diretoria para maximizar o valor do negócio. Os quatro conselheiros – um presidente, um vice-presidente e dois conselheiros sem designação específica – são eleitos pela Assembleia Geral. A Diretoria é composta por três membros, todos sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração.

Mediante solicitação do acionista, pode ser instalado o Conselho Fiscal, que será composto por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

GESTÃO DE RISCOS

Em 2017, a Companhia fortaleceu o Gerenciamento de Riscos Corporativos por meio de um *Risk Assessment* periódico para apoio na identificação e no monitoramento dos riscos que podem afetar negativamente os negócios. Esse processo vem sendo conduzido pela Diretoria de *Compliance*, Riscos e Auditoria da matriz, com reportes periódicos à Diretoria-Executiva da Companhia.

A equipe de Riscos aporta metodologia e ferramentas para que cada área acompanhe e adote medidas de mitigação para os tópicos sob sua responsabilidade, a exemplo de riscos financeiros, comerciais, operacionais, regulatórios, de conformidade, de contratos com fornecedores, ambientais e de imagem e reputação.

No apoio à gestão dos riscos operacionais, são adotadas atividades de monitoramento e manutenção preventiva das usinas, o que assegura o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e o cumprimento dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com os clientes. Os procedimentos e investimentos em modernização de equipamentos também contribuem para a redução de custos e dos riscos de paradas não programadas das unidades geradoras de energia elétrica.

Há um programa estruturado para o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm), que prevê reuniões anuais com as comunidades do entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Nesses encontros, são esclarecidas dúvidas e abordadas informações sobre a operação dos reservatórios em épocas de seca e cheias e os possíveis impactos nas comunidades.

ÉTICA E INTEGRIDADE

A Companhia manteve em 2017 o Programa de *Compliance*, o Código de Ética e Conduta nos Negócios, o Canal de Ética e submeteu-se às políticas da matriz baseadas nas melhores práticas do mercado em temas como conflitos de interesse e combate à corrupção. Essas políticas abrangem Sistemas de Controles Internos, Conflito de Interesse, Contratação de Parentes, Medidas Disciplinares, Prevenção à Corrupção, Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, Interação com Poder Público, Relatos de Não Conformidade e *Due Diligence* de Fornecedores, Clientes e Parceiros.

O Código de Ética e Conduta nos Negócios apresenta os princípios-chave que devem nortear o relacionamento entre a CTG Brasil e colaboradores, terceiros, acionistas e a sociedade em geral. Ao longo do ano, 100% dos colaboradores da Companhia assinaram o termo de compromisso e passaram por treinamento presencial. Também receberam comunicações específicas durante a semana que antecedeu o Dia Mundial de Combate à Corrupção, comemorado em 9 de dezembro.

No ano, foi também criado o Canal de Ética, espaço para colaboradores e público externo manifestarem situações de não conformidade envolvendo a Companhia, seus colaboradores, terceiros e demais públicos de interesse. É administrado por uma empresa independente, com garantia de sigilo e confidencialidade, de não retaliação e a possibilidade de manter o anonimato, pois a identificação é opcional. Atende 24 horas por dia, sete dias por semana, em português e inglês, por meio de telefone (0800 601 6888) ou internet (<https://contatoseguro.com.br/ctgbr>).

CAPITAL FINANCEIRO

CONTEXTO DE MERCADO

O Brasil passou em 2017 por mais um ano de instabilidade econômica e política, porém com viés de recuperação. O Produto Interno Bruto (PIB) reverteu a queda de 3,5% em 2016 e registrou crescimento de 1%, de acordo com o IBGE, enquanto a produção industrial recuperou-se de três anos de baixas consecutivas, com aumento de 2,5%, e o comércio varejista registrou vendas 2% acima dos 12 meses anteriores.

Apesar de os indicadores apontarem para uma recuperação da economia, a taxa média de desemprego continuou sua trajetória de alta, encerrando o ano em 12,7%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A inflação (IPCA) de 2,95%, representa expressiva queda a partir dos 6,29% observados em 2016, como reflexo das dificuldades do cenário econômico, ficando abaixo do piso inferior da meta do Comitê de Política Monetária (Copom), de 4,5%. A taxa Selic, por sua vez, passou de 13,75% para 7,00%.

No mês de dezembro de 2017, a capacidade instalada total de geração de energia elétrica do Brasil atingiu 157.580 MW, acréscimo de 6.960 MW (4,95%) em relação ao ano anterior, sendo 100.319 MW de fontes hidráulicas, conforme o Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do Ministério de Minas e Energia. O consumo de energia foi 0,8% maior do que no ano anterior, alcançando 463.948 GWh, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e retornou aos níveis 2015.

INDICADORES DE REFERÊNCIA - EM 31 DE DEZEMBRO

	2017	2016	2015	2014	2013
IGP-M	- 0,52%	7,17%	10,54%	3,69%	5,51%
IPCA	2,95%	6,29%	10,67%	6,41%	5,91%
Taxa de câmbio	3,3080	3,2591	3,9048	2,6562	2,3426
Δ% Taxa de câmbio	1,50%	-16,54%	47,01%	13,39%	14,64%
Taxa Selic	7,00%	13,75%	14,25%	11,75%	10,00%
CDI	9,93%	14,00%	13,24%	10,81%	8,06%

AMBIENTE REGULATÓRIO

Mais do que o contexto macroeconômico, as geradoras de energia foram muito impactadas por aspectos regulatórios durante o ano de 2017 e pelo cenário hidrológico desfavorável ao longo ano que provocou a redução do GSF". O mais importante deles refere-se ao processo de revisão ordinária das garantias físicas, publicado em 2017, mas com efeito a partir de 2018, e a correta alocação do risco não hidrológico assumido indevidamente pelos geradores integrantes do

Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Nesse sentido, o gerador tem assumido riscos adicionais, que não fazem parte do seu negócio. A Rio Paraná, que tem 70% de sua garantia física comercializada no sistema de cotas, não contestou as condições de repactuação de risco hidrológico estabelecidas pelo órgão regulador.

A iniciativa de uma ampla revisão do modelo setorial foi objeto da Consulta Pública nº 33 (CP 33), encerrada em 17 de agosto de 2017, com a abordagem de diversas medidas – como ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso de consumidores ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas e medidas para desjudicializar o setor. A consulta recebeu mais de 190 contribuições de agentes do setor para o mapeamento dos diversos graus e pontos de vista dos problemas atuais e das possibilidades de solução.

O tema, entretanto, foi transformado em um projeto de lei atualmente em trâmite na Presidência da República e será oportunamente encaminhado ao Congresso Nacional.

GERAÇÃO

Em 2017, as usinas da Companhia geraram 19.734,49 GWh de energia, 7,7% abaixo do ano anterior (21.375,84 GWh), e o equivalente a 3,6% do total da energia elétrica produzida no país no período (547.604 GWh, de acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS). O montante gerado foi 14% inferior à garantia física bruta para o ano, fixada em 22.929,30 GWh, correspondendo a 2.617,5 MWm, sendo 1.731,5 MWm referentes à UHE Ilha Solteira e 886,0 MWm relativos à UHE Jupiá.

A geração de energia elétrica pelas usinas é programada e executada de acordo com procedimentos coordenados e controlados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que gerencia as diferentes fontes de energia e a rede de transmissão, de forma a garantir a segurança do suprimento contínuo em todo o País.

A principal razão do decréscimo de geração em 2017 foi a continuidade do cenário de hidrologia desfavorável.

O reservatório de Ilha Solteira encerrou 2017 com 65,32% de volume armazenado, 9,62% superior ao observado no fim de 2016.

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE NAS UNIDADES GERADORAS

Usina	2017	Limite regulatório
Ilha Solteira	91,98%	89,58%
Jupiá	91,88%	89,58%

Obs.: Índice de disponibilidade é a quantidade de tempo que as unidades geradoras de uma usina estão disponíveis para produzir eletricidade dividido pelo tempo total no período, considerando intervenções programadas e não programadas nas unidades geradoras. O ONS tem a responsabilidade de processar mensalmente esses índices por meio de equações de taxas equivalentes, exceto PCHs.

COMERCIALIZAÇÃO

Embora 2017 tenha apresentado um quadro desafiador para a recuperação da economia brasileira, foram bem-sucedidos os esforços de venda de energia realizados nos anos anteriores, que tiveram como objetivo assegurar bons níveis de contratação em médio prazo.

Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da Rio Paraná estabeleceram que, até 31 de dezembro de 2016, toda energia oriunda das duas usinas fosse comercializada no regime de cotas de garantia física, com remuneração por tarifa regulada definida pela Aneel. A partir de 1º de janeiro de 2017, o contrato de concessão estabeleceu que 70% da energia gerada permaneceria comercializada no regime de cotas da garantia física, sendo os 30% restantes passíveis de negociação nos Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou Regulado (ACR), de acordo com a estratégia adotada pelo concessionário.

A energia total comercializada no ACL foi de 733 MW médios, equivalente à contratação de 96% da garantia física da Companhia nesse ambiente de contratação. Devido à situação hidrológica desfavorável do País, foi realizada a compra adicional de 135 MW médios, levando a um novo nível de contratação de 78%. A diferença entre o volume contratado e a garantia física, somada às compras adicionais, foi utilizada como *hedge* hidrológico, sendo destinada a cobrir parte das exposições financeiras do mercado de curto prazo decorrente do cenário de baixa hidrologia verificado no período.

Os esforços ativos da equipe comercial se concentraram em comercializar os volumes de energia disponível para venda em anos futuros, com o objetivo de assegurar bons níveis de contratação. Mesmo diante de um cenário macroeconômico instável, observou-se certa estabilidade dos preços da energia elétrica em médio e longo prazos, o que garantiu o sucesso da estratégia comercial. O volume de energia vendida, sem considerar Mercado de Curto Prazo (MCP) e Mecanismos de Realocação de Energia (MRE), foi de 6.423 GWh.

Os principais fatores que tiveram impacto sobre o desempenho comercial foram: a) alta volatilidade do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) decorrente da baixa hidrologia verificada no Sistema Interligado Nacional; b) grande exposição dos geradores hidráulicos ao GSF; c) incerteza quanto à retomada sustentável do crescimento econômico do Brasil que referencia a liquidez futura do mercado e a disposição de compra dos grandes consumidores de energia; e d) o elevado nível de judicialização verificado no setor elétrico no mercado de curto prazo.

A previsão do setor, com base no cenário de restrição hidrológica, é de maior volatilidade dos preços de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) no horizonte de 2018 e 2019, o que tende a influenciar os preços de médio e longo prazos no ACL (2020 a 2022). Sendo assim, a Rio Paraná já estuda mecanismos de mitigação desse risco.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PRINCIPAIS INDICADORES (R\$ MIL)

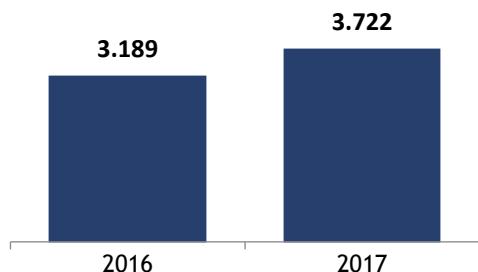
	2017	2016	% Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.296.027	1.382.915	66,0
Receita de ativos financeiros	2.078.964	2.325.255	-10,6
(-) Deduções à receita operacional	(653.336)	(519.173)	25,8
Receita operacional líquida	3.721.655	3.188.997	16,7
(-) Custos e despesas operacionais	(913.642)	(247.929)	268,5
Resultado operacional	2.808.013	2.941.068	-4,5
Ebitda	3.028.033	3.101.314	-2,4
Margem ebitda - %	81,36%	97,25%	-15,9 pp
Resultado de participações societárias	(50)	-	0,0
Resultado financeiro	(667.919)	595.322	-212,2
Resultado antes dos impostos	2.140.044	3.536.390	-39,5
Lucro líquido do exercício	845.275	3.266.244	-74,1
Margem líquida - %	22,71%	102,42%	-79,7 pp
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	7.014.326	7.014.326	
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	0,1205	0,4657	-74,1

	2017	2016	% Variação
Indicadores financeiros			
Ativos totais	18.779.510	17.789.046	5,6
Dívidas em moeda nacional	2.703.007	2.702.005	0,0
Dívidas em moeda estrangeira	3.241.058	3.259.489	-0,6
Patrimônio líquido	8.629.415	8.766.893	-1,6

RECEITA

A receita operacional líquida totalizou em R\$ 3.722 milhões no ano de 2017, representando um aumento de 16,7% em comparação ao ano anterior (R\$ 3.189 milhões) principalmente pela negociação de 30% da garantia física no ambiente de mercado livre (em 2016, 100% da energia era comercializada no mercado regulado).

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(R\$ milhões)



DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ Mil)

	2017	2016	% Variação
Pessoal	(71.095)	(52.851)	34,5
Material	(6.273)	(1.651)	280,0
Serviços de terceiros	(45.329)	(26.218)	72,9
Energia comprada para revenda	(404.723)	-	0,0
Depreciação e amortização	(220.020)	(160.246)	37,3
Encargos de uso da rede elétrica	(107.348)	-	0,0
Compensação financeira de recursos hídricos	- (29.899)	-	0,0
CFURH			
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(2.635)	-	0,0
- TFSEE			
Seguros	(10.419)	(4.697)	121,8
Alugueis	(2.522)	(481)	424,3
Outros	(13.379)	(1.785)	649,5
	(913.642)	(247.929)	268,5

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 914 milhões no ano de 2017, aumento de 269% em comparação ao ano anterior (R\$ 248 milhões).

O principal fator que impactou esse crescimento foi a compra de energia relativa às operações no mercado livre a partir de 2017 e, também, em virtude de um ano bastante impactado pelo GSF (hidrologia / regulatório).

Além disso, em todas as demais contas, podemos ver um acréscimo atípico, pois, em 2016, a Paraná somente assumiu as operações das Usinas a partir de julho/16 (1º. semestre praticamente sem custos operacionais devido à operação assistida com a CESP).

EBITDA

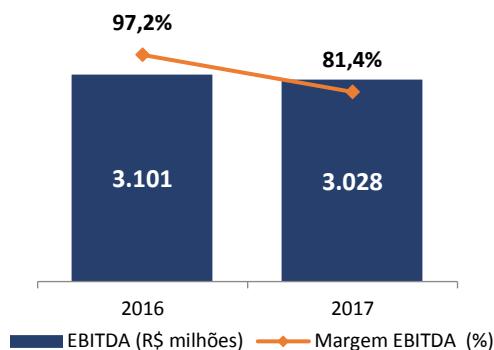
O Ebitda ou Lajida é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012 e que representa o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda reduziu-se 2,4% em comparação ao ano anterior, principalmente em decorrência do aumento de compra de energia e imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social foi impactado por ajustes de 2016 devido que a Companhia no ano anterior era optante pelo lucro presumido não registrando assim impostos diferidos. O resultado financeiro em 2016 foi positivo principalmente devido à queda do dólar (2016: R\$3,90 e 2017: R\$3,30) gerando uma receita financeira.

EBITDA E MARGEM



EBITDA (R\$ MIL) E MARGEM EBITDA

.	2017	2016	% Variação
Lucro líquido do exercício	845.275	3.266.244	-74,1
Imposto de renda e contribuição social	1.294.769	270.146	379,3
Resultado financeiro (líquido)	667.919	(595.322)	-212,2
Depreciação e amortização	220.020	160.246	37,3
Ebtida	3.027.983	3.101.314	-2,4
Margem Ebtida	81,36%	97,25%	-15,9 pp

RESULTADO FINANCEIRO

.	2017	2016	% Variação
Receitas	500.383	2.078.648	-75,9
Despesas	(1.168.302)	(1.483.326)	-21,2
Resultado financeiro líquido	(667.919)	595.322	-212,2

O resultado financeiro líquido do ano de 2017 foi negativo em R\$ 668 milhões, representando redução de 212% em comparação ao ano anterior (resultado positivo de R\$ 595 milhões).

Essa variação é resultado da redução de receitas financeiras ocasionada pelo menor volume de recursos aplicados e menor variação cambial sobre empréstimos que foram liquidados ainda no ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

Em junho de 2016, a Companhia contratou um único empréstimo com o Banco Tokyo, no valor de R\$ 2.700 bilhões.

Para este contrato, a Companhia possui cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiras, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou Contrato de Cessão no qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L., seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente. Esse contrato não possui cláusulas restritivas (“covenants”), com o saldo atualizado em 31 de dezembro R\$3.241 milhões.

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2017	2016	% Variação
Empréstimos			
Curto prazo	3.007	2.005	50,0
Longo prazo	2.700.000	2.700.000	0,0
Partes relacionadas			
Curto prazo	181.158	81.866	124,1
Longo prazo	3.059.900	3.177.623	-3,7
Caixa e equivalentes de caixa	(630.150)	(1.023.841)	-38,5
Dívida líquida	5.313.915	4.937.653	7,7

FATORES DE CORREÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

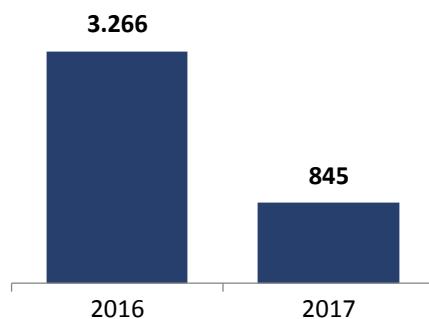
	Remuneração	Vencimento	2017	2016
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	21/09/2020	3.241.058	3.259.489
Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	13,36% ao ano	28/06/2019	2.703.007	2.702.005
			5.944.065	5.961.494

LUCRO LÍQUIDO

A Companhia registrou no ano de 2017, lucro líquido de R\$ 845 milhões, redução de 65,4% sobre o registrado no ano anterior. Essa queda justifica-se principalmente por aspectos não operacionais, uma vez que o Lucro Operacional teve uma redução de 4,5%.

Quanto aos aspectos não operacionais, destacam-se (i) redução de R\$ 1.518 milhões no resultado de Variação Cambial e (ii) o aumento na linha de IR/CS diferido constituído em 2017 mas relativo à resultados do ano de 2016 em virtude da mudança no regime de tributação de Lucro Presumido em 2016 para Lucro Real em 2017.

**LUCRO LÍQUIDO
(R\$ milhões)**



RATINGS

A solidez financeira da Companhia foi reconhecida na avaliação de risco de crédito como grau de investimento pela Moody's (Aaa.br, na escala nacional, e Ba1, em escala global), mesmo com o rebaixamento das notas atribuídas ao Brasil em janeiro de 2018. Foi a primeira vez que a Rio Paraná Energia recebeu *rating* de crédito de uma agência de avaliação de riscos.

RATING DE CRÉDITO CORPORATIVO

Moody's	Rating	Perspectiva	Data
Escala global	Ba1	Negativa	16 janeiro 2018
Escala nacional	Aaa.br	Negativa	16 janeiro 2018

CAPITAL INTELECTUAL

Em 2017, a Rio Paraná destinou R\$ 549,7 mil a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), seguindo a obrigação prevista nos contratos de concessão de aplicar no mínimo 1% da receita operacional líquida nessas iniciativas. Os projetos têm como premissa promover a cultura da inovação e estimular a geração de conhecimento no setor elétrico, a partir da criação de novos equipamentos e do aprimoramento da prestação de serviços.

Como parte do processo de integração da CTG Brasil, foi criada em 2017 uma Política de P&D, que estabeleceu as diretrizes e a governança para a seleção, priorização e aprovação de projetos. Sob esse novo modelo, foram conduzidas três consultas ao mercado para a seleção de projetos destinados à solução de problemas crônicos do setor, como a proliferação de plantas aquáticas e do mexilhão-dourado nos reservatórios de usinas hidrelétricas.

CAPITAL HUMANO

Atrair, desenvolver e reter talentos, em um ambiente seguro, saudável e de excelência operacional é um dos grandes propósitos em gestão de pessoas. Nesse sentido, as ações de integração foram o foco em 2017, com o objetivo de quebrar qualquer tipo de barreira entre os colaboradores e disseminar os valores da CTG Brasil. O grande evento de integração ocorreu em agosto, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, que reuniu cerca de 200 pessoas. Palestra do ex-técnico da Seleção Brasileira, Carlos Alberto Parreira, e dinâmicas de grupo reforçaram que o trabalho em equipe, como em grandes times, produz um resultado melhor.

No encerramento de 2017, a Rio Paraná empregava 278 colaboradores próprios, 95 contratados de terceiros e 1 estagiário.

Receberam também reforço as ações de treinamento e desenvolvimento profissional, especialmente de capacitação de lideranças. Ao longo do ano, a Rio Paraná destinou R\$ 428 mil para treinamentos, em cursos *online* e presenciais que representaram a média de 58 horas por colaborador. O objetivo é mantê-los competitivos no mercado de trabalho, além de agregar resultados diferenciados para a Companhia, pois a qualificação se traduz em motivação e engajamento.

Destaque no ano foi a criação do programa *Energy Experts*, pelo qual colaboradores especialistas em diversas áreas dividem seus conhecimentos sobre temas relevantes de negócio, mercado e setor de energia. Foram realizadas 11 sessões, na sede e nas usinas, com a abordagem de cerca de 20 assuntos.

Outra iniciativa importante foi a primeira edição do *Leadership Development Program* (LDP), Programa de Desenvolvimento da Liderança, destinado a construir e aprimorar um ambiente de alto desempenho, preparando e engajando a liderança. Contou com a participação de 27 profissionais da CTG Brasil (CEO, vice-presidentes e diretores) e incluiu uma edição internacional do treinamento, reunindo 19 líderes de diferentes áreas da China Three Gorges Corporation.

Segurança

Em linha com o processo de integração, o tema segurança foi incorporado em 2017 como um valor da CTG Brasil, refletindo a sua relevância para a organização como um todo e reforçando esse atributo já presente para a Companhia. A CTG Brasil deseja ser uma referência no setor também em proteção das pessoas e prevenção de acidentes. Além de monitorados com mais rigor pela área de saúde e segurança, esse aspecto é acompanhado periodicamente pela Diretoria-Executiva. No ano, foi publicada a Política de Saúde e Segurança no Trabalho e constituído um Comitê Corporativo de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.

Não foram registrados óbitos nem acidentes graves envolvendo colaboradores e terceiros durante o ano de 2017. A Taxa de Frequência consolidada (colaboradores e terceiros) encerrou o ano em 6,15 e a Taxa de Gravidade, em 32,78.

CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

O engajamento com as comunidades é um dos pilares da Estratégia de Sustentabilidade da CTG Brasil, pelo entendimento de que fortalecer e transformar as localidades próximas às operações é essencial para o desempenho dos negócios. A Companhia passou a seguir em 2017 duas políticas da CTG Brasil que abrangem o relacionamento com as comunidades: Sustentabilidade e Voluntariado, que visam, entre seus objetivos, estimular o diálogo e relacionamento com *stakeholders* e atender às suas demandas e interesses plausíveis e legítimos, assim como participar da vida e do desenvolvimento das comunidades.

No ano, a Rio Paraná destinou R\$ 10,1 milhões como investimento social externo, sendo R\$ 9,8 milhões com recursos de leis de incentivo fiscal (como Rouanet, Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais de Idosos). As iniciativas beneficiaram mais de 14 mil pessoas diretamente.

Na linha de educação, destacou-se o apoio ao Projeto Guri, que promove aulas de diversos instrumentos musicais e beneficia áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica. No ano, 961 crianças e jovens participaram dessa iniciativa na região do Paraná.

Há apoio a apresentações teatrais, de filmes e contação de histórias, tendo como temas comuns a conscientização ambiental e a educação para o consumo consciente, apresentados nas peças *Um Reino sem Dengue* e *Por um Futuro Sustentável*. A Companhia patrocina espetáculos musicais, como o Festival de Música Popular Brasileira (MPB) de Ilha Solteira e o Recital de Inverno Clássicos de Ouro, do coral da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) de Ilha Solteira.

Como parte das iniciativas de relacionamento com as comunidades, são mantidos programas de visitas nas usinas da Rio Paraná, que receberam 10.636 pessoas em 2017.

Foi lançado no ano o Programa de Voluntariado da CTG Brasil, com o objetivo de fortalecer o espírito de solidariedade entre os colaboradores, em iniciativas que devem ser impulsionadas em 2018.

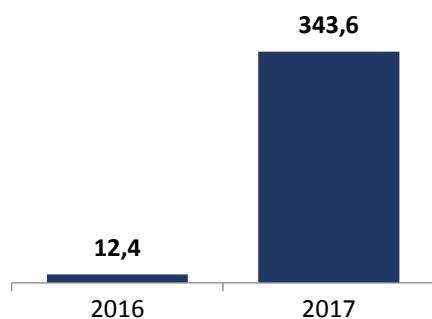
CAPITAL MANUFATURADO

Os investimentos em 2017 totalizaram R\$ 343,6 milhões (R\$ 12,4 milhões em 2016). O principal projeto foi o início das obras de modernização das unidades geradoras das usinas hidrelétricas Jupiá e Ilha Solteira, orçado em R\$ 3 bilhões, com execução prevista pelo período de dez anos.

Os objetivos são restaurar os equipamentos até sua condição original, melhorar a confiabilidade e a eficiência nos processos de operação e manutenção, estender a vida útil de componentes eletromecânicos e garantir que as duas geradoras mantenham seu papel de protagonistas na matriz energética brasileira.

Expertise chinesa – Desde o início do processo de modernização, as equipes de Engenharia Capex e de Operação e Manutenção (O&M) têm o apoio de dez técnicos especialistas chineses, que trabalham lado a lado com os colaboradores brasileiros, trocando experiências e aprimorando procedimentos. Os profissionais compartilham o conhecimento acumulado pela CTG na China no desenvolvimento e na construção de grandes e complexos projetos hidrelétricos e adquirem conhecimento e experiências em processos de modernização no Brasil.

INVESTIMENTOS (R\$ milhões)



GESTÃO PATRIMONIAL

Em 2017, foram realizadas 432 inspeções nas áreas das UHEs Ilha Solteira e Jupiá para identificar uso e ocupação irregular, análises sobre o respeito de limites com imóveis lindeiros, tanto para respostas a cartórios como para a regularização de uso e ocupação, tanto via administrativa quanto por meios de ações de reintegração de posse. No apoio a esse monitoramento, a Companhia usa softwares e imagens de satélite e ortofotos, bem como possui um Sistema de Gestão Territorial.

A campanha Espaço Legal foi lançada na Rio Paraná Energia, com divulgação à comunidade por meio de mídia regional e a realização de três palestras, uma em Ilha Solteira, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), e duas em Três Lagoas, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). A campanha Espaço Legal tem o objetivo a conscientizar a população no entorno dos reservatórios sobre a necessidade de autorização prévia de órgãos ambientais e reguladores para seus diversos usos e ocupações, com atualização e distribuição dos materiais.

CAPITAL NATURAL

O respeito pelo meio ambiente é essencial para a CTG Brasil cumprir sua missão de prover energia limpa para as pessoas por meio de projetos em harmonia com o planeta. Nesse sentido, assumiu o compromisso com o uso sustentável dos recursos, a prevenção da poluição, a proteção da biodiversidade e restauração de habitats naturais e a adaptação às mudanças climáticas como parte de seu processo decisório.

As iniciativas de gestão ambiental atendem aos programas vinculados às licenças ambientais e aos processos de compensação e preservação. Entre elas, estão: repovoamento anual de peixes dos reservatórios; monitoramentos de biodiversidade (flora, fauna e ictiofauna), de qualidade da água dos reservatórios, arqueológico e do assoreamento e processos erosivos das bordas dos reservatórios, entre outras. Na Rio Paraná, o Plano Básico Ambiental (PBA) está em análise pelo Ibama.

No ano de 2017, foram lançados 2,14 milhões de alevinos de espécies nativas nos reservatórios das hidrelétricas Jupiá e Ilha Solteira. As espécies selecionadas destinam-se a formar populações sustentáveis, e que também tenham valor econômico e cultural para as comunidades ribeirinhas. A iniciativa integra um programa de educação ambiental com mobilização de estudantes de escolas das regiões, que participam de palestras sobre a conservação dos rios e de suas margens e acompanham a soltura dos alevinos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<i>Reapresentado</i>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	630.150	1.023.841
Clientes	9	198.570	185.374
Tributos a recuperar	10	128.601	-
Partes relacionadas	11	-	31
Despesas antecipadas		6.388	5.187
Serviços em curso		550	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	12	877.620	855.144
Outros créditos		53.092	1.035
Total do ativo circulante		1.894.971	2.070.612
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo financeiro vinculado à concessão	12	10.546.705	9.384.329
Outros créditos		30	30
Investimentos		82	1
Imobilizado	13	2.560	1.925
Intangível	14	6.335.162	6.332.149
Total do ativo não circulante		16.884.539	15.718.434
Total do ativo		18.779.510	17.789.046
Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<i>Reapresentado</i>			
Circulante			
Fornecedores	15	77.828	51.527
Provisões para grandes reparos	16	728.444	779.235
Partes relacionadas	11	183.449	81.866
Encargos setoriais	17	26.990	43.340
Salários, provisões e contribuições sociais		11.881	5.908
Tributos a recolher	10	122.557	159.901
Empréstimos	18	3.007	2.005
Juros sobre capital próprio		511.700	-
Dividendos	19.3	170.753	977.953
Outras obrigações		39.697	984
Total do passivo circulante		1.876.306	2.102.719
Não circulante			
Encargos setoriais	17	14.868	-
Tributos a recolher	10	135.662	135.662
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	1.184.092	-
Empréstimos	18	2.700.000	2.700.000
Provisões para grandes reparos	16	1.179.267	906.149
Partes relacionadas	11	3.059.900	3.177.623
Total do passivo não circulante		8.273.789	6.919.434
Total do passivo		10.150.095	9.022.153
Patrimônio líquido			
Atribuível aos acionistas da Companhia	19		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva de retenção de lucros		1.980.398	2.117.876
Total do patrimônio líquido		8.629.415	8.766.893
Total do passivo e patrimônio líquido		18.779.510	17.789.046

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
			<i>Reapresentado</i>
Receita operacional líquida	20	3.721.655	3.188.997
Custo do serviço de energia elétrica			
Pessoal		(56.102)	(46.558)
Material		(6.071)	(1.619)
Serviços de terceiros		(29.253)	(10.316)
Energia comprada para revenda	21.2	(404.723)	-
Depreciação e amortização	13.2 e 14.3	(219.313)	(160.019)
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(107.348)	-
Compensação financeira de recursos hídricos - CFURH		(29.899)	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(2.635)	-
Seguros		(10.362)	(4.697)
Alugueis		(1.365)	(437)
Outros		(3.248)	(1.689)
		(870.319)	(225.335)
Resultado bruto		2.851.336	2.963.662
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(14.993)	(6.293)
Material		(202)	(32)
Serviços de terceiros		(16.076)	(15.902)
Depreciação e amortização		(707)	(227)
Seguros		(57)	-
Alugueis		(1.157)	(44)
Outras		(10.131)	(96)
		(43.323)	(22.594)
Lucro operacional		2.808.013	2.941.068
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		(50)	-
Lucro operacional		2.807.963	2.941.068
Resultado financeiro	22		
Receitas		500.383	2.078.648
Despesas		(1.168.302)	(1.483.326)
		(667.919)	595.322
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.140.044	3.536.390
Imposto de renda e contribuição social	23		
Corrente		(110.677)	(270.146)
Diferido		(1.184.092)	-
		(1.294.769)	(270.146)
Lucro líquido do exercício		845.275	3.266.244
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais			
Acionistas da Companhia		0,1205	0,4657
Participação dos não controladores		0,1205	0,4657

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	845.275	3.266.244
Resulta abrangente do período	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	845.275	3.266.244

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
Em 31 de dezembro de 2016	6.649.017	1.950.085	167.791	-	8.766.893
Resultado abrangente do exercício				845.275	845.275
Lucro líquido do exercício	-	-	-	845.275	845.275
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	845.275	845.275
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas					
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos mínimos não distribuídos	-	-	-	(170.753)	(170.753)
Dividendos intermediários conforme AGE de 15/12/2017		-		(30.000)	(30.000)
Dividendos adicionais conforme AGE de 03/04/2017	-	(180.000)	-	-	(180.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(602.000)	(602.000)
Transferência entre reservas	-	258	42.264	(42.522)	-
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(179.742)	42.264	(845.275)	(982.753)
Em 31 de dezembro de 2017	6.649.017	1.770.343	210.055	-	8.629.415

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
Em 31 de dezembro de 2015	4.676.217	63.829	4.479	-	4.744.525
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.266.244	3.266.244
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	3.266.244	3.266.244
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas					
Integralização de capital conforme AGE de 27/12/2016	1.972.800	-	-	1.972.800	1.972.800
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(775.734)	(775.734)
Dividendos adicionais				(440.942)	(440.942)
Transferência entre reservas	-	1.886.256	163.312	(2.049.568)	-
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.972.800	1.886.256	163.312	(3.266.244)	756.124
Em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	6.649.017	1.950.085	167.791	-	8.766.893

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.140.044	3.536.390
Ajustes em:		
Depreciação e amortização	220.020	160.246
Juros sobre empréstimos	365.867	232.919
Juros sobre partes relacionadas	139.462	55.815
Atualização ativos financeiros	(1.300.523)	(1.510.999)
Apropriação de ajuste a valor presente de ativos financeiros	(778.441)	(814.256)
Variações cambiais, líquidas, sobre empréstimos	-	(1.028.680)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	48.115	12.899
Apropriação - Ajuste a valor presente de provisão para manutenção	340.398	-
Equivalência patrimonial	(50)	-
(Redução) dos ativos		
Clientes	(13.196)	(185.374)
Partes relacionadas	-	(31)
Despesas antecipadas	(1.201)	(5.187)
Ativo Financeiro - Outorga	894.112	(7.914.218)
Tributos a recuperar	(128.601)	-
Serviços em curso	(550)	-
Outras variações	(50.282)	(1.065)
(Redução) Aumento dos passivos		
Fornecedores	26.301	51.527
Salários, provisões e contribuições sociais	5.973	5.908
Tributos a recolher	125.386	102.273
Encargos setoriais	(1.482)	43.340
Partes relacionadas	2.291	-
Outras variações	38.713	984
Caixa gerado pelas operações	2.072.356	(7.257.509)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(1.187.953)	(260.000)
Juros pagos sobre empréstimos	(364.865)	(232.348)
Juros pagos sobre partes relacionadas	(124.092)	(56.923)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(363.707)	(76.856)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	31.739	(7.883.636)
Fluxos de caixa da atividades de investimentos		
Adições no ativo imobilizado	(969)	(1.957)
Adições no ativo intangível	(342.545)	(4.806.979)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimentos	(343.514)	(4.808.936)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	1.972.800
Obtenção de empréstimos	-	2.700.000
Pagamento de principal sobre partes relacionadas	(81.916)	-
Pagamento de principal sobre empréstimos	-	(1.972.800)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	(81.916)	2.700.000
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(393.691)	(9.992.572)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.023.841	11.016.413
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	630.150	1.023.841
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(393.691)	(9.992.572)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e UHE Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME (Ministério de Minas e Energia), com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016.

O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupiá e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

O valor da Bonificação pela Outorga – BO, do lote E foi de R\$ 13.803.752 com pagamento em duas parcelas, sendo a primeira à vista no ato da assinatura do contrato de concessão, equivalente a 65% (sessenta e cinco) no valor de R\$ 8.972.439 e a segunda parcela correspondente a 35% (trinta e cinco) no valor de R\$ 4.831.313 atualizados a taxa Selic, em até 180 (cento e oitenta) dias contados após a data da assinatura do contrato de concessão.

Contrato de Concessão MME	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MWmédio)	Inicio da Concessão	Vencimento da Concessão
01/2016	Jupiá	UHE - Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	1551,2	886,0	04/01/2016	05/01/2046
01/2016	Ilha Solteira	UHE - Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	3444,0	1731,5	04/01/2016	05/01/2046

Conforme mencionado na nota 3, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá.

Em 2016 a Companhia vendeu 100% de sua energia no ambiente de contratação regulada em sistema de cotas. Conforme previsto no contrato de concessão a partir de 2017, 30% dos MWh vendidos foram comercializados no ambiente de contratação livre.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual com vencimento em julho (Em julho de 2017 o reajuste foi de 9,9%).

1.2. Marco legal do setor elétrico

O Ministério de Minas e Energia (MME) lançou Consultas Públicas (CP) que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro.

A primeira delas, CP MME nº 032, trata dos “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro”, cujo relatório versa sobre a base conceitual do Ministério na elaboração de medidas de aprimoramento para o arcabouço legal, institucional e regulatório do setor que nortearão essa discussão.

A segunda, CP MME nº 033, coloca em consulta as propostas de caráter técnico para meio de documento consolidado e detalhado intitulado “Medidas Legais que Viabilizem o Futuro do Setor Elétrico com Sustentabilidade a Longo Prazo”.

O texto prevê propostas para temas já em discussão no setor, como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, utilização de preço horário, administração da sobrecontratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A terceira, CP MME nº 42, apresenta as “Questões Relativas à Implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo”, através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária. No relatório que permeia a referida consulta, autoridades do setor elétrico reconhecem que é almejado um mercado de energia com regras transparentes e previsíveis, onde o sinal econômico é vetor para a eficiência do mercado, de forma que a abordagem atualmente utilizada de formação de preço por meio de modelos computacionais tenha maior aderência à realidade operativa e seja eficiente na alocação de custos e riscos.

O Ministério declarou que essas iniciativas fazem parte da promoção da transparência e do diálogo que pautam a atuação da pasta.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de março de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo

International Accounting Standards Board (IASB) e, quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base, como determinados instrumentos financeiros ajustados a valor de mercado (valor justo).

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo de determinados instrumentos financeiros são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- i. Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- ii. Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- iii. Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na nota 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	2017		2016	
		Valor contábil	Valor a	Valor contábil	Valor a
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	630.150	630.150	1.023.841	1.023.841
Clientes	Empréstimos e recebíveis	198.570	198.570	185.374	185.374
Ativo financeiro vinculado à concessão	Empréstimos e recebíveis	11.424.325	11.424.325	10.239.473	10.239.473
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	53.122	53.122	1.065	1.065
		12.306.167	12.306.167	11.449.753	11.449.753
Passivos financeiros					
Fornecedores	Outros passivos financeiros	77.828	77.828	51.527	51.527
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	3.243.349	3.243.349	3.259.489	3.259.489
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	26.990	26.990	43.340	43.340
Empéstitos	Outros passivos financeiros	2.703.007	2.703.007	2.702.005	2.702.005
Outras obrigações	Outros passivos financeiros	39.697	39.697	984	984
		6.090.871	6.090.871	6.057.345	6.057.345

2.4.2. Ativos financeiros

2.4.2.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis na qual é definido da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial. Para maiores detalhes dos ativos financeiros da Companhia e suas classificações (vide notas 8 e 9).

Embora exista exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar) a Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

2.4.2.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.2.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.2.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

2.4.3. Passivos financeiros

2.4.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado: Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.
- ii. Outros passivos financeiros: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.4.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.5. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referente ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

2.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - *Impairment*

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice.

2.8. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

2.9. Ativo financeiro vinculado a concessão

A Companhia possui em seu balanço o valor presente de parte da receita de RBO (Retorno da Bonificação da Outorga), que não possui risco de demanda, reconhecido como um ativo financeiro (vide nota 2.12). Os fatores de indisponibilidade não interferem sobre essa parcela da receita da RBO, portanto essa receita é garantida incondicionalmente.

O Ativo financeiro, considerado indenizável, é ajustado por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015.

2.10. Imobilizado

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisadas no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos do imobilizado são baixados em reformas, substituições, venda, perda e alienação dos bens. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício.

2.11. Ativos intangíveis

2.11.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.11.2. Direitos de Concessão

Referem-se ao direito da concessionária de explorar as usinas ao longo do contrato de concessão, e foi constituído considerando bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). A amortização é registrada ao longo do prazo do Contrato de Concessão.

A parte remanescente da remuneração paga pelo Contrato de Concessão da Companhia foi registrada como um Ativo Intangível, uma vez que a empresa receberá parte da remuneração do mercado livre mediante capacidade de cobrar das empresas distribuidoras de energia e prestação de serviço pelo modelo de cotas.

2.12. Contratos de concessão

O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando a ser reconhecidas de acordo com o modelo de concessão.

De acordo com o normativo, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação são reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Os possíveis modelos a serem assumidos junto ao concessionário são o modelo do Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e o Bifurcado.

O modelo do Contrato de Concessão da Rio Paraná corresponde a um modelo Bifurcado de Ativo, considerando:

- i. O ativo Financeiro, que corresponde à parcela outorga paga e que será recebida até o final do contrato de concessão e que não existe risco de demanda;
- ii. Ativo Intangível, pelo direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar das distribuidoras pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do Contrato de Concessão.

2.13. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

2.15. Provisão para grandes reparos

São registradas as grandes manutenções obrigatórias para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional e que se referem a obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão, e trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia. Essa provisão é reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, pois o passivo será considerado como uma contraprestação em consequência do contrato.

2.16. Empréstimos e partes relacionadas

Os empréstimos e partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.17. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.18. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

No exercício de 2016 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido e no exercício de 2017 apura seus tributos com base no lucro real.

2.19. Benefícios a empregados

2.19.1. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados, com base em uma fórmula que leva em conta o lucro líquido combinado do exercício conforme Acordo Coletivo vigente.

Não há benefício relacionado a aposentadoria ou planos e opções em ações (stock option).

2.20. Capital social

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

2.21. Reconhecimento da receita

2.21.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, de leilões, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

2.21.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas

O valor da RAG está previsto no contrato de concessão e é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeito ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

2.21.3. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

No período compreendido entre a data de assinatura do Contrato de Concessão e a efetiva assunção do serviço de geração pela Companhia, que ocorreu em 30 de junho de 2016,

denominado como período de Operação Assistida, a concessionária anterior continuou sendo a responsável pela prestação dos serviços de geração e pelos bens da concessão, além de única beneficiária da RAG fixada pelo Poder Concedente, cabendo à Companhia apenas o recebimento da parcela do RBO na qual foi classificada como retorno de bonificação da outorga (não classificada como receita).

2.21.4. Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

3. DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A (montante de R\$ 131.000), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2017, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparará demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providenciará e disponibilizará demonstrações financeiras consolidadas do grupo no Brasil.

Segue abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Eclusas:

	2017	2016
Ativo	86	31
Passivo	5	44
Patrimônio líquido	81	-13

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua Controlada elaboraram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

4.1.1 Provisões para grandes reparos

Com base em estimativas de engenheiros contratados foi provisionado o valor total que se espera dispendar com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. São gastos a serem incorridos em período superior a um ano.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Anualmente são atualizadas considerando a taxa efetiva e amortizadas conforme são despendidos os gastos.

4.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela forma	Impactos relevantes da adoção
IFRS 9 / CPC 48	01-01-2018	i. Impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; ii. Novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; iii. Torna os requisitos para a contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos.	O impacto relevante que será observado em função desse normativo será a respeito da estimativa de perdas de crédito. Diante da avaliação e reconhecimento que passa ser tratada de maneira prospectiva, mas que são irrelevantes em razão das cláusulas de proteção presentes nos contratos.
IFRS 15 / CPC 47	01-01-2018	i. Aprovação de contrato entre as partes; ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial; iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para o contrato firmado; iv. Alocação do preço à transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; v. Quando for provável a entrada de recursos à medida que a obrigação é cumprida.	A administração avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante dos processos existentes contemplarem os pontos que devem ser percorridos para a implementação, não haverá impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do IFRS 15.
IFRS 16	01-01-2019	Leasing	Outro impacto seria em relação ao risco de penalidade diante do não atingimento da disponibilidade mínima prevista no contrato de concessão. Além da Companhia já trabalhar com uma margem de risco, está em andamento o projeto de modernização para garantir ainda mais a disponibilidade de seu parque gerador.
			Em razão do exposto, a administração entende que a aplicação das novas normas não trará impacto às demonstrações financeiras da Companhia
			A administração avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante dos processos existentes contemplarem os pontos que devem ser percorridos para a implementação, não haverá impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do IFRS 16.

5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

5.1. Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

5.1.1. Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa para a Companhia.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

5.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentarem saldos passivos em moeda estrangeira cujo o risco é o aumento da obrigação com a Companhia cedente e redução do lucro líquido. Para detalhes do impacto financeiro vide nota 5.1.5.

5.1.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada ao departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamentos da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente de balanço patrimonial.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, é transferido para aplicações financeiras, onde é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo.

5.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Em 2017 as principais agências de *ratings* de riscos financeiros mantiveram a classificação concedida em 2016 para a qualidade dos ativos financeiros pertencentes à Companhia.

No caso de clientes (ambiente mercado livre), a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores além de definir em contrato, cláusulas protetivas que garantirão a liquidação dos títulos como CDB's em garantias, garantias caução, pagamento antecipado entre outros.

O preço da energia elétrica vendida para clientes livres determinados nos contratos bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

5.1.5. Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados às variações de:

- IPCA que atualiza o ativo financeiro vinculado a concessão;
- USD para o financiamento junto a China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L, e;
- CDI para os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L, caixa e equivalentes de caixa e nas aplicações financeiras na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. O quadro a seguir demonstra o impacto que esses cenários podem trazer para a Companhia.

Divida	Indexador	2017	Cenário - $\Delta 50\%$	Cenário - $\Delta 25\%$	Cenário Provável I	Cenário + $\Delta 25\%$	Cenário + $\Delta 50\%$
Partes relacionadas	Dolar	3.241.058	2.430.794	(405.132)	8.102.645	(6.076.984)	2.430.794
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	(630.150)	(20.039)	(30.152)	(40.203)	(50.254)	(60.305)
Ativo financeiro vinculado à concessão	IPCA	(26.606.936)	(504.805)	(761.198)	(1.014.930)	(1.268.663)	(1.522.396)
Total da exposição líquida		1.905.950	(1.196.482)	7.047.511	(7.395.901)	848.093	

Variação dos índices	Cenário - $\Delta 50\%$	Cenário - $\Delta 25\%$	Cenário Provável	Cenário + $\Delta 25\%$	Cenário + $\Delta 50\%$
Dolar	1,7500	2,6250	3,5000	4,3750	5,2500
CDI	3,18%	4,78%	6,38%	7,97%	9,57%
IPCA	1,90%	2,86%	3,81%	4,77%	5,72%

Fonte das referências usadas para cenário provável: Relatório Focus-BACEN de 29 de dezembro de 2017

5.2. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para assim oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2017	2016
Empréstimos	18	2.703.007	2.702.005
Partes relacionadas	11	3.241.058	3.259.489
(-) Caixa e equivalentes de caixa	8	(630.150)	(1.023.841)
Dívida líquida		5.313.915	4.937.653
Patrimônio líquido	19	8.629.415	8.766.893
Total do capital		13.943.330	13.704.546
Índice de alavancagem financeira - (%)*		38,1	36,0

* Dívida líquida / total do capital

5.3. Outros riscos

5.3.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas, que são despachadas conforme comandos dados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Os impactos que podem ser causados pela situação hidrológica incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o Ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

5.3.2. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

5.3.3. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

5.4. Estimativa ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado

mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua Controlada é o preço de concorrência atual.

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas do crédito conforme quadro abaixo:

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas				
Standard & Poor's	Moody's	2017	2016	
B	BR-1	618.157	672.560	
N/A	BR-1	478	335.168	
N/A	N/A	11.513	16.107	
*	*	2	6	
		630.150	1.023.841	

* O saldo de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco

A Companhia atualmente adota um procedimento de crédito, fundamentado em consultas à sistemas de informações de crédito, que objetiva mitigar eventuais riscos de inadimplemento em recebimentos de clientes. Visando o aprimoramento deste procedimento, está em processo de aprovação pela Administração da Companhia a adoção de um modelo de rating que visa a classificação interna de crédito dos clientes.

7. RECLASSIFICAÇÃO DE CIFRAS

A Companhia efetuou ajustes na apresentação suas demonstrações financeiras do exercício de 2016 demonstrados abaixo, pois entende que essa nova apresentação é apresentação é uma forma aprimorada de expor sua posição patrimonial e desempenho do exercício e decorre do amadurecimento das operações da Companhia.

7.1. Efeitos da reclassificação

As reclassificações (e novas aberturas) na apresentação do balanço patrimonial referente ao exercício de 2016, foram efetuadas para facilitar análises quantitativas. Não está sendo reapresentado os saldos de 01/01/2016, pois os ativos apresentavam apenas saldos de caixa e equivalentes de caixa.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	2016			
Balanço patrimonial	Original	Ajuste	Reapresentado	
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	9.960	41.567	51.527	
Encargos setoriais	84.907	(41.567)	43.340	
Imposto de renda e contribuição social corrente	150.403	(150.403)	-	
Tributos a recolher	145.160	150.403	295.563	
 2016				
Devolução do resultado	Original	Ajuste	Reapresentado	
Custo do serviço de energia elétrica				
Pessoal (i)	(47.333)	775	(46.558)	
Material (ii)	(1.252)	(367)	(1.619)	
Seguros (iii)	-	(4.697)	(4.697)	
Alugueis (iv)	-	(437)	(437)	
Outros (v)	(6.415)	4.726	(1.689)	
Despesas operacionais				
Pessoal e administradores (vi)	(6.305)	12	(6.293)	
Material (vii)	(23)	(9)	(32)	
Alugueis (viii)	-	(44)	(44)	
Outras (ix)	(137)	41	(96)	

- (i) *Reclassificação devido a mudanças na política de classificação das contas contábeis (R\$ 367 transferido para a rubrica de material e R\$ 408 transferido para a rubrica de outros);*
- (ii) *Reclassificação devido a mudanças na política de classificação das contas contábeis (-R\$ 367 recebido da rubrica de pessoal);*
- (iii) *Trata-se de abertura de saldos recebidos da rubrica de outros;*
- (iv) *Trata-se de abertura de saldos (R\$ 4.697 transferidos para a rubrica seguros, R\$ 437 transferidos para a rubrica alugueis) e reclassificações devido a mudanças na política de classificação das contas contábeis (-R\$ 408 recebidos da rubrica pessoal);*
- (v) *Reclassificação devido a mudanças na política de classificação das contas contábeis (R\$ 9 transferido para a rubrica material e R\$ 3 transferido para a rubrica outras);*
- (vi) *Reclassificação devido a mudanças na política de classificação das contas contábeis (-R\$ 9 recebidos da rubrica pessoal e administradores);*
- (vii) *Trata-se de abertura de saldos recebidos da rubrica de outras;*
- (viii) *Trata-se de abertura de saldos (R\$ 44 transferidos para a rubrica seguros) e reclassificações devido a mudanças na política de classificação das contas contábeis (-R\$ 3 recebidos da rubrica pessoal e administradores);*

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixas e bancos	119	86
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	630.031	1.023.755
	630.150	1.023.841

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários, e aplicações em operações compromissadas lastreadas em Debêntures; as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

9. CLIENTES

	2017	2016
Contrato ACR	125.306	185.374
Contratos ACL	66.929	-
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	6.335	-
	198.570	185.374

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), este segundo a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposto no contrato de concessão.

Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber:

	2017	2016
Saldos vincendos	197.652	168.229
Saldos vencidos até 90 dias	918	7.878
Saldos vencidos de 91 até 365 dias	-	9.267
	198.570	185.374

Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“ECLD”)

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa, haja vista que em sua avaliação não existe, no momento, risco de perda provável.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	128.449	-	-	-
PIS e COFINS	149	-	-	-
Outros	3	-	-	-
	128.601	-	-	-
Passivo				
IRPJ e CSLL	-	-	150.403	-
PIS e COFINS	16.860	135.662	9.074	135.662
Parcelamento (i)	6.613	-	-	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	90.300	-	-	-
Outros	8.784	-	424	-
	122.557	135.662	159.901	135.662

(i) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – Demais débitos, concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e confirmado através do recibo 08967099897980303220 de 25/08/2017. O débito é referente ao IRPJ e CSLL do exercício de 2016 decorrente de diferenças de recolhimento entre regime caixa e regime de competência a serem amortizados em 05 parcelas mensais e sucessivas, referente a 7,5% da dívida, e uma parcela única correspondente a 92,5% da dívida. A primeira parcela foi paga em 31/08/2017 e a última parcela será em 31/01/2018.

10.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em função da mudança do regime de tributação de lucro presumido para lucro real, a Companhia passou a contabilizar o imposto de renda e contribuição social diferidos. A composição dos saldos desses tributos pode ser assim demonstrada:

		2017	2016
Ativo de imposto diferido			
Diferenças temporárias			
Participação nos lucros e resultados (i)	1.394	-	
Ajuste a valor presente - Provisão de manutenções	69.329	-	
Provisões (i)	65	-	
Passivo de imposto diferido			
Diferenças temporárias			
Efeitos da outorga (ii)	(1.033.869)	-	
Variação cambial (iii)	(221.011)	-	
Imposto diferido líquido	(1.184.092)	-	

	Base	2017	
		IRPJ	CSLL
Ativo de imposto diferido			
Diferenças temporárias			
Participação nos lucros e resultados (i)	(4.101)	1.025	369
Ajuste a valor presente - Provisão de manutenções	(203.906)	50.977	18.352
Provisões (i)	(193)	48	17
Passivo de imposto diferido			
Diferenças temporárias			
Efeitos da outorga (ii)	3.040.791	(760.198)	(273.671)
Variação cambial (iii)	650.032	(162.508)	(58.503)
Provisões (i)	-	-	-
Imposto diferido líquido	3.482.623	(870.656)	(313.436)

- (i) Prazo de realização estimado no exercício subsequente (03/2018);
- (ii) Será realizado de acordo com o prazo da concessão, conforme exigido pelo ICPC 01 (Interpretação – Comitê de Pronunciamentos Contábeis) até 12/2045;
- (iii) Prazo de realização de acordo com o pagamento do empréstimo (09/2020) que prevê amortizações semestrais;

11. PARTES RELACIONADAS

11.1. Transações e saldos

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Compra de produtos e serviços

	2017
Partes relacionadas - coligadas	
CTG Brasil Negócios de Energia S.A. (i)	(15.920)
Rio Canoas Energia S.A. (i)	(12.952)
	<u>(28.872)</u>
Partes relacionadas - controlada	
China Three Gorges Brasil Ltda (ii)	(13.005)
	<u>(13.005)</u>
	<u>(41.877)</u>

(i) Refere-se a compra de energia, conforme contrato firmado entre as partes em agosto de 2017.

(ii) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua controladora China Three Gorges Brasil Energia Ltda, aprovado pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica conforme despacho nº 2018, de 10 de julho de 2017.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2017	2016
Salários e benefícios de curto prazo	2.963	615
	<u>2.963</u>	<u>615</u>

c. Saldos do fim do exercício, decorrentes das operações com partes relacionadas

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Partes relacionadas coligada - ativo				
Rio Paraná Eclusas S.A. (i)	-	-	31	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>
Partes relacionadas controladora - passivo				
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L (ii)	181.158	3.059.900	81.866	3.177.623
China Three Gorges Brasil Ltda (iii)	2.291	-	-	-
	<u>183.449</u>	<u>3.059.900</u>	<u>81.866</u>	<u>3.177.623</u>

(i) Refere-se a despesas pagas pela Companhia;

(ii) Refere-se a contrato de cessão de dívida, firmado em 22 de agosto de 2016;

(iii) Decorrente de contrato de compartilhamento de despesas administrativas.

11.2. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão onde a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir a China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% para 2016 e de 4,29% a partir de 2017.

O contrato teve anuênciia do órgão regulador, conforme despacho ANEEL nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. O prazo de vencimento será em 21 de setembro de 2020.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

11.2.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.259.489
Pagamento de principal	(81.916)
Pagamento de juros	(124.092)
Apropriação de juros	139.462
Variação cambial	48.115
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.241.058

12. ATIVO FINANCEIRO VINCULADO A CONCESSÃO

Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

Os contratos de venda de energia serão todos comercializados no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

Do montante pago pelo direito de concessão, a Companhia realizou a projeção dos valores a receber relacionados ao Retorno da Bonificação pela Outorga, e que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, e classificou esse montante, que equivale a 65% da RBO como ativo financeiro. Para os demais 35% a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01.

Esse ativo financeiro não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como “ativos financeiros”, inicialmente estimado a valor presente e subsequentemente é mensurado pelo custo realizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

12.1. Composição do ativo financeiro vinculado a concessão

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outorga	947.428	25.659.508	900.878	25.299.647
(-) Ajuste a valor presente	(69.808)	(15.112.803)	(45.734)	(15.915.318)
	877.620	10.546.705	855.144	9.384.329

12.2. Movimentação do ativo financeiro vinculado a concessão

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	26.200.525	(15.961.052)	10.239.473
Atualização ativos financeiros/apropriação de AVP	1.300.523	778.441	2.078.964
Liquidação de ativos financeiros	(894.112)	-	(894.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.606.936	(15.182.611)	11.424.325

13. IMOBILIZADO

13.1. Composição

	2017		2016		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	119	(21)	98	100	14,3%
Veículos	2.280	(329)	1.951	1.809	13,2%
Móveis e utensílios	526	(15)	511	16	3,0%
	2.925	(365)	2.560	1.925	

13.2. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2017
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	100	15	(17)	98
Veículos	1.809	443	(301)	1.951
Móveis e utensílios	16	511	(16)	511
	1.925	969	(334)	2.560

14. INTANGÍVEL

14.1. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL).

14.2. Composição

	2017	2016	Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Infraestrutura de concessão (*)	6.710.709	(378.809)	6.331.900
Software	4.352	(1.090)	3.262
	6.715.061	(379.899)	6.335.162
			6.332.149

14.3. Movimentação do intangível

	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2017
Infraestrutura de concessão (*)	6.328.367	222.351	(218.818)	6.331.900
Software	3.782	348	(868)	3.262
	6.332.149	222.699	(219.686)	6.335.162

O aumento do intangível, refere-se à revisão na provisão de grandes reparos, principalmente pelo fato de que, com o início do projeto e a modernização das primeiras unidades geradoras, verificou-se a necessidade de inclusão de uma estimativa de contingência para todo o projeto.

15. FORNECEDORES

	2017	2016
Materiais e serviços contratados	6.617	9.960
Tarifa de Uso de Sistema de Transmissão - TUST	44.015	41.567
Suprimento de energia elétrica	27.196	-
	77.828	51.527

16. PROVISÃO PARA GRANDES REPAROS

O montante de R\$ 1.822 milhões (R\$ 1.685 milhões em 31 de dezembro de 2016) refere-se a provisões para gastos com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. São gastos a serem incorridos em período superior a um ano e, assim, parcela está classificada no longo prazo.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Subsequentemente são atualizadas considerando a taxa efetiva e amortizadas conforme são despendidos os gastos.

16.1. Movimentação das provisões para grandes reparos

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.505.895	(820.511)	1.685.384
Atualização da provisão	359.972	(359.972)	-
Realização da provisão para grandes reparos	(118.071)	-	(118.071)
Amortização - Ajuste a valor presente de provisão para manutenção	-	340.398	340.398
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.747.796	(840.085)	1.907.711

A provisão foi revista em 2017, principalmente, pelo fato de que, com o início do projeto e a modernização das primeiras unidades geradoras, verificou-se a necessidade de inclusão de uma estimativa de contingência para todo o projeto.

17. ENCARGOS SETORIAIS

Conforme Contrato de Concessão firmado pela Companhia e pelo Poder Concedente (ANEEL), a Companhia tem o dever de atender as obrigações regulatórias, relacionadas à pela utilização do direito de exploração das usinas hidrelétricas.

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	2017		2016
	Circulante	Não circulante	Circulante
Compensação financeira de recursos hídricos - CFURH	15.766	-	24.036
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.613	14.868	18.213
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	611	-	1.091
	26.990	14.868	43.340

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da ANEEL.

18. EMPRÉSTIMOS

18.1. Composição e vencimento

Em junho de 2016, a Companhia contratou um único empréstimo junto ao Banco Tokyo, no valor de R\$ 2.700 milhões (classificado no longo prazo) com vencimento único previsto para junho de 2019 e com pagamentos de juros trimestrais a partir de setembro de 2016 de 13,36% ao ano.

Para esse contrato a Companhia possui cláusulas restritivas (“Covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros e não financeiros, como por exemplo da entrega das demonstrações financeiras. Mais precisamente, a Companhia deverá manter o índice de “Dívida Financeira Líquida Consolidada” sobre o EBITDA, não superior a 4,5 até o final de cada ano fiscal. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Como garantia do empréstimo foi concedido aval da matriz da Companhia denominada China Three Gorges Corporation.

Remuneração	Vencimento	2017			
				Circulante	Não circulante
		Principal	Juros	Total	Total
13,36% ao ano	28/06/2019	-	3.007	3.007	2.700.000
		-	3.007	3.007	2.700.000

Remuneração	Vencimento	2016			
				Circulante	Não circulante
		Principal	Juros	Total	Total
13,36% ao ano	28/06/2019	-	2.005	2.005	2.700.000
		-	2.005	2.005	2.700.000

18.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2019	Total
Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	2.700.000	2.700.000

18.3. Movimentação do empréstimo

	CTG LUX
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.702.005
Pagamento de juros	(364.865)
Apropriação juros	365.867
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.703.007

As variações do saldo de empréstimos decorrem da movimentação normal do presente exercício.

19. PATRIMONIO LÍQUIDO

19.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 31/12/2017 (em milhares de ações)		
	Ordinárias	%
Acionista		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

19.2. Reservas de lucros

	2017	2016
Reserva legal	210.055	167.791
Reserva de retenção de lucros	1.770.343	1.950.085
	1.980.398	2.117.876

19.2.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

19.2.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

Destinação do lucro do exercício

a) Destinação do lucro do exercício

	2017	2016
Lucro do exercício	845.275	3.266.244
Reserva legal	(42.264)	(163.312)
Dividendos	(200.753)	(775.734)
Dividendos adicionais	-	(440.942)
Juros sobre capital próprio	(602.000)	-
Reserva de retenção de lucros	(258)	(1.886.256)
	-	-

b) Composição de dividendos a pagar

	2017	2016
Dividendos	170.753	977.953
	170.753	977.953

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente;

A distribuição de dividendos referente ao período de 2016 está composta da seguinte maneira:

Os dividendos propostos e aprovados pelos acionistas conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de agosto de 2016, referente a dividendos intermediários mediante utilização de saldo de lucro apurados no balanço de 30 de junho de 2016 no valor de R\$ 260.000, os mesmos foram pagos em 31 de agosto de 2016.

Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de dezembro de 2016, foi aprovado dividendos mínimos cumulativos ao acionista Huikai Clean Energy S.A.R.L no valor de R\$ 137.953 e em 20 de janeiro de 2017 os mesmos foram efetivamente pagos.

Os dividendos propostos e aprovados pelos acionistas conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de fevereiro de 2017, referente ao exercício de 2016 no valor de R\$ 818.723, foram pagos em 21 de fevereiro de 2017.

A Companhia efetuou pagamentos de Juros Sobre Capital Próprio - JSCP, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos devidos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, regulamentação posterior e previsão em seu Estatuto Social.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita operacional bruta		
Contratos - ACR	1.469.196	1.382.915
Contratos - ACL	786.719	-
Mercado de curto prazo (i)	16.546	-
Mecanismo de realocação de energia (i)	23.566	-
	2.296.027	1.382.915
Receita de ativos financeiros		
Atualização ativos financeiros	1.300.523	1.510.999
Apropriação - Ajuste a valor presente de ativos financeiros	778.441	814.256
	2.078.964	2.325.255
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(292.978)	(229.716)
ICMS	(6.656)	-
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento (i)	(27.315)	(23.817)
Compensação financeira de recursos hídricos (i)	(69.764)	(70.745)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (i)	(6.147)	(6.546)
Encargos de uso da rede elétrica - TUST e TUSD (i)	(250.476)	(188.349)
	(653.336)	(519.173)
Receita operacional líquida	3.721.655	3.188.997

(i) O aumento em 2017 é referente a atualização do IPCA conforme índice de reajuste estipulado em contrato.

(ii) Em 2016 a Companhia vendeu 100% de sua energia no ambiente de contratação regulada em sistema de cotas. Conforme previsto no contrato de concessão a partir de 2017, 30% dos MWh vendidos foram comercializados no ambiente de contratação livre.

Para o montante referente ao sistema de cotas é reembolsado via tarifa os encargos regulatórios (P&D, compensação financeira de recursos hídricos taxa de fiscalização, TUST e TUSD). Para 2016 todos os custos com estes encargos foram totalmente reembolsados e para 2017 o percentual de reembolso foi de 70%. Isto também ocorreu para as liquidações na CCEE na qual são apenas atrelados aos contratos de ACL.

21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

21.1. Energia elétrica vendida

Energia elétrica vendida	2017	2016
Contratos	2.340.066	1.382.915
Contratos bilaterais	786.719	-
Mercado de curto prazo (MCP)	16.546	-
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	23.566	-
	3.166.897	1.382.915

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL em 31 de dezembro de 2017:

	Mwméd*	
	2017	2016
Energia disponível para venda	2545	2545
Cota	1782	2545
ACR	0	0
2016 (3 anos)	0	0
ACL	601	0
Contratos bilaterais de venda de energia	733	0
Contratos bilaterais de compra de energia	132	0
Energia livre para contratação	162	0
Percentual de energia contratada	93,6%	100,0%

*Não auditado pelos auditores independentes

21.2. Energia comprada para revenda

Energia elétrica comprada	2017	2016
Contratos bilaterais	(396.307)	-
Mercado de curto prazo (MCP)	(38.404)	-
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	(8.850)	-
(-) Crédito de PIS	6.928	-
(-) Crédito de COFINS	31.910	-
	(404.723)	-

A energia comprada para revenda decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre e, consequentemente, do efeito do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação da exposição através de compras na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

21.3. Encargos de uso da rede elétrica

Encargos de uso da rede elétrica	2017	2016
Tust	(116.446)	-
Tusd	(1.741)	-
Encargos de conexão	(38)	-
(-) Crédito de PIS	1.940	-
(-) Crédito de COFINS	8.937	-
	(107.348)	-

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela ANEEL são: Tust, Tusd e Encargos de Conexão (vide nota 15).

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust.

A Tusd remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Receitas		
Variação cambial ativa (i)	352.225	1.870.661
Aplicações financeiras	54.144	207.228
Ajuste a valor presente de provisão para grandes reparos (ii)	89.718	-
Outras	4.296	759
	500.383	2.078.648
Despesas		
Juros sobre empréstimos (iii)	(365.867)	(232.919)
Juros sobre partes relacionadas (iv)	(139.462)	(55.815)
Tarifas bancárias	(17)	(12)
Comissões	(896)	(343)
Variação cambial passiva (i)	(400.340)	(854.880)
Imposto sobre empréstimos e partes relacionadas	(21.940)	(15.910)
Atualização bonificação da outorga (v)	-	(319.679)
Ajuste a valor presente de provisão para grandes reparos (ii)	(234.929)	-
Outras	(4.851)	(3.768)
	(1.168.302)	(1.483.326)
	(667.919)	595.322

- (i) A receita de variação cambial em 2016 foi maior devido que a taxa do dólar em 2015 estava mais alta quando comparado a 2016 e 2017.
- (ii) Refere-se a revisão de estimativa de realização das provisões de grandes reparos vide nota 16.
- (iii) Aumentou em 2017 pois refere-se a juros de 12 meses. Em 2016 refere-se a despesa de 6 meses (iniciou-se em junho/2016)
- (iv) Aumentou em 2017 pois refere-se a juros de 12 meses. Em 2016 refere-se a despesa de 3 meses (iniciou-se em outubro/2016)
- (v) Despesa referente a atualização de Selic sobre o pagamento da outorga na qual foi pago em 2 parcelas.

23. DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Para 2017, em função dos enquadramentos legais, a Companhia passou a operar pelo lucro real.

					2017
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.140.044				
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL		15%	10%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação		(321.007)	(214.004)	(192.604)	(727.615)
Juros sobre capital próprio	(602.000)	90.300	60.200	54.180	204.680
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva					
Adições					
Temporárias					
Variação cambial	417.792	(62.669)	(41.779)	(37.601)	(142.049)
Amortização de outorga	593.869	(89.080)	(59.387)	(53.448)	(201.915)
Participação nos lucros e resultados	4.101	(615)	(410)	(369)	(1.394)
Ajuste a valor presente - projetos para grandes reparos	234.928	(35.239)	(23.493)	(21.144)	(79.876)
Permanentes					
Equivalência patrimonial	50	(8)	(5)	(5)	(19)
Amortização de projetos para grandes reparos	58.696	(8.804)	(5.870)	(5.283)	(19.958)
Doações	10.055	(1.508)	(1.006)	(905)	(3.420)
Outros	1.405	(211)	(141)	(126)	(478)
	(198.134)	(132.092)	(118.881)	(449.108)	
Exclusões					
Temporárias					
Atualização de outorga	(1.300.522)	195.078	130.052	117.047	442.177
Ajuste a valor presente - Outorga	(778.440)	116.766	77.844	70.060	264.670
Variação cambial	(352.225)	52.834	35.223	31.700	119.757
Outros	(23.243)	3.486	2.324	2.092	7.902
Permanentes					
Ajuste a valor presente - Projetos para grandes reparos	(89.718)	13.458	8.972	8.075	30.505
	381.623	254.415	228.974	865.011	
IRPJ e CSLL	314.792	(47.219)	(31.455)	(28.332)	(107.006)
Incentivo fiscal - Doações		2.834	-	-	2.834
Incentivo fiscal - PAT		644	-	-	644
Ajuste de exercícios anteriores	21.026	(3.154)	(2.103)	(1.892)	(7.149)
IRPJ e CSLL correntes	(46.895)	(33.558)	(30.224)	(110.677)	
IRPJ e CSLL diferidos					
Efeitos da outorga	1.183.132	(177.470)	(118.313)	(106.482)	(402.265)
Participação nos lucros e resultados	(4.101)	615	410	369	1.394
Variação cambial	650.032	(97.505)	(65.003)	(58.503)	(221.011)
Provisões	(193)	29	19	17	66
Ajuste a valor presente - Projetos para grandes reparos	(203.906)	30.586	20.391	18.352	69.328
Efeito das diferenças temporárias de 2016 - Outorga (*)	1.857.660	(278.649)	(185.766)	(167.189)	(631.604)
IRPJ e CSLL diferidos	(522.394)	(348.262)	(313.436)	(1.184.092)	
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	(569.289)	(381.820)	(343.660)	(1.294.769)	
Alíquota efetiva		26,6%	17,8%	16,1%	60,5%

(*) O Efeito das diferenças temporárias de 2016 - Outorga" refere-se a mudança de regime tributário de lucro presumido para lucro real, na qual em 2016 não existia a obrigação de registro do imposto diferido. Os efeitos das contabilizações pelo ao reconhecimento do ICPC 01 conforme nota 12, geraram diferenças temporárias nas bases que geraram este diferido em 2017.

					2016
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Receita bruta de venda de energia	2.576.827	2.576.827	2.576.827		
Receitas financeiras		561.187	638.492		
		3.138.014	3.215.319	-	
Base de cálculo					
Receita bruta de venda de energia	6.777	206.146	231.914		
Receitas financeiras	(2.347)	561.187	638.492		
IRPJ e CSLL	2.581.258	(191.809)	(78.337)	(270.146)	
IRPJ e CSLL correntes		(191.809)	(78.337)	(270.146)	
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado		(191.809)	(78.337)	(270.146)	
Alíquota efetiva		5,4%	3,8%	13,0%	

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ordinários	563.545	2.177.605
	563.545	2.177.605
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ordinários	4.676.217	4.676.217
	4.676.217	4.676.217
Resultado básico e diluído por ação		
Ordinários	0,1205	0,4657

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

25. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos de engenharia e de responsabilidade civil para assegurar os riscos referentes às obras civis, seguros para riscos operacionais para danos materiais e quebra de máquinas, seguros para danos ambientais, seguros de veículos, seguro de imóvel e fiança locatícia.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante correspondente aos seguros é de R\$ 6.389 (R\$ 4.621 em 31 de dezembro de 2016).

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Classificação	Vigência	Premio (R\$)	2017	2016
Riscos de engenharia	16/04/2017 a 03/06/2018	2.212	825	-
Riscos operacionais	04/08/2017 a 04/08/2018	8.929	5.284	4.452
Responsabilidade civil obras	16/04/2017 a 03/06/2018	234	87	-
Responsabilidade civil geral	04/08/2017 a 04/08/2018	235	139	132
Veículos	04/04/2017 a 04/04/2018	16	4	-
Veículos	20/04/2017 a 20/04/2018	25	8	-
Danos ambientais	04/08/2017 a 04/08/2018	60	36	37
Fiança locatícia	10/03/2017 a 10/03/2018	7	1	-
Fiança locatícia	03/04/2017 a 03/04/2018	11	2	-
Fiança locatícia	01/05/2017 a 01/05/2018	5	1	-
Imóvel	22/08/2017 a 22/08/2018	3	1	-
			6.388	4.621

26. COMPROMISSOS

26.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos bilaterais para venda de energia no ambiente livre negociados até o ano de 2028 e comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2045.

Para o projeto de grandes reparos a Companhia já contratou o montante total de R\$ 488 milhões para a primeira fase da reforma.

27. PROVISÕES PARA RISCOS

Em função do Contrato de Concessão assinado em 05 de janeiro de 2016, a Companhia poderá assumir os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”).

Em função da discussão sobre o Novo Código Florestal todos os processos em que a CESP figura como parte estão suspensos até o julgamento sobre o tema no Supremo Tribunal Federal. No decorrer da suspensão, a CESP peticionou nos autos dos processos requerendo a substituição do polo para que a Rio Paraná passe a figurar como parte.

Somente após a análise e deferimento do pedido feito pela CESP é que a Companhia poderá assumir a condução de todos os processos. Portanto, até esse momento os advogados da Companhia entendem que não há uma perda provável a ser provisionada.

27.1. Contingências possíveis

	2017	2016
Trabalhista	233	-
Tributárias	420.000	-
	420.233	-

a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 233. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, de ex-empregados ou empregados terceirizados, envolvendo pedidos de horas extras, periculosidade, insalubridade, entre outros.

b) Tributárias

Trata-se de Mandado de Segurança nº 5001646-41.2018.4.03.6100 impetrado para discutir a opção de Rio Paraná Energia S.A. pelo regime de lucro presumido nos anos de 2015 e 2016, em que a Rio Paraná por meio de empréstimos realizado em moeda estrangeira (Dólar) adquiriu receita significativa com a variação cambial positiva. Porém, por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento dos tributos incidentes. Em razão disso, foi realizada consulta perante a Receita Federal em 29 de abril de 2016. A resposta à Consulta foi publicada em 29 de dezembro de 2017, sob o nº 657/2017, e o entendimento da Receita Federal foi de que todas as receitas auferidas devem ser consideradas para fins do limite legal do enquadramento do lucro presumido. Devido a este entendimento, foi ajuizado Mandado de Segurança com pedido de liminar mediante depósito judicial de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018, conforme divulgado na nota 28.2. As chances de êxito nesta demanda são consideradas pelos advogados da Companhia como possíveis

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1. Juros sobre capital próprio

Em 30 de janeiro de 2018, a Companhia realizou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor global de R\$ 90.000, cabendo a cada acionista o valor bruto de R\$ 0,0128308 por ação ordinária.

Não houve incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração (15.12.2017) e o efetivo crédito aos acionistas (23.01.2018), devendo este valor ser considerado imputável aos dividendos a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

28.2. Depósito judicial

Para prosseguimento com o Mandado de Segurança nº 5001646-41.2018.4.03.6100 foi depositado em juízo, na data de 30 de Janeiro de 2018, o montante de R\$ 415.817.577,54 (quatrocentos e quinze milhões, oitocentos e dezessete mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) para maiores detalhes vide item (27.1b).

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Diretoria

Aljan de Abreu Machado
Diretor

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Narciso Meschiatti Filho
Contador - 1SP-101290/O-0